

# SÍNTESE DE INDICADORES

---

## Algumas considerações sobre os resultados do PIB no 1º trimestre de 2020

Mesmo antes da pandemia da Covid 19, a economia brasileira já estava enfraquecida e fragilizada, devido a uma dinâmica de baixo crescimento. Os resultados do PIB para o 1º trimestre mostram que, entre janeiro e março de 2020, a economia **caiu 1,5% em relação ao 4º trimestre de 2019, descontados os efeitos sazonais**. Já na comparação com o 1º trimestre de 2019, a queda foi menor, de **0,3%**. A recuperação da recessão de 2015/2016, que já era a mais lenta, ficará ainda mais complicada por causa da pandemia. Neste ano, haverá a maior recessão da história.

Setorialmente, em relação ao último trimestre de 2019, os três primeiros meses de 2020 apontam queda generalizada em todos os segmentos econômicos, exceto da agropecuária e de atividades imobiliárias. *Comércio, indústria de transformação, construção, indústria extrativa, transporte e armazenagem*, enfim, todos os demais segmentos, tiveram decréscimo.

Na comparação com o mesmo período de 2019, o 1º trimestre de 2020 aponta uma retração principalmente dos segmentos da Construção, Indústria de Transformação, Transporte e armazenagem, além de outros serviços.

Quando observados mais detalhadamente os setores, o Comércio já tinha uma trajetória de queda desde meados do último trimestre de 2019, mantendo essa tendência em 2020. Houve queda considerável especificamente em março. A variação entre março de 2020 e de 2019, segundo a PMC-IBGE (Pesquisa Mensal de Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi de -1,2%, declive que deve se acentuar nos meses seguintes. As quedas nas vendas de veículos e material de construção somaram-se aos fracos desempenhos das vendas de hipermercados e supermercados e da acentuada redução das vendas de vestuário, papelaria e materiais para escritório, entre outros. A pandemia chegou quando o

cenário no setor era de baixa renda disponível, associada a um mercado de trabalho com alto grau de informalidade. Certamente, os efeitos da conjuntura atual impactarão ainda mais os indicadores nos próximos meses.

Na indústria, as quedas registradas pelas pesquisas mensais de março foram mais pronunciadas, o que certamente influenciou o resultado do setor no PIB. Apesar de se tratar de um período em que sazonalmente a produção é mais fraca, o pessimismo e a incerteza sobre a duração da pandemia tornaram-se elementos adicionais a um quadro preexistente de estoques altos, confiança em baixa e demanda inferior à esperada. Houve piora de todos os segmentos em março, menos da *fabricação de produtos de limpeza*. No acumulado do ano, mais da metade das atividades industriais já tinham resultado negativo, o que já indicava que a deterioração do setor não se deveu somente a março, mas se acentuou naquele mês. Destaque também para o segmento de petróleo e gás que, apresentou acentuada queda dos preços internacionais e deve ter modificadas a estrutura de produção e demanda globais. O setor de construção já apontava arrefecimento no ritmo de crescimento no último trimestre do ano passado e voltou a ter resultado negativo.

Em relação aos Serviços, o setor sofreu forte impacto ainda em março. Junto com o comércio, foi o segmento que saiu na frente na suspensão das atividades, por causa da pandemia, a partir da segunda quinzena de março, com a paralisação de escolas, do turismo, lazer, estabelecimentos de alimentação e serviços a domicílio. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços, apenas em março de 2020, o volume de serviços prestados às famílias caiu 33,4% em relação ao mesmo mês de 2019, e serviços de alojamento e alimentação tiveram redução de 35,8% nesse período.

A agropecuária ainda não sentiu diretamente os efeitos da pandemia da Covid 19. O setor tem certa resiliência devido ao aumento da produtividade, melhora dos indicadores de safra e o desempenho de algumas culturas, como a de soja, com o mercado internacional de *commodities* apresentando alguma reação nos preços. Duas questões se projetam para o futuro. A primeira é a de que há incerteza sobre os efeitos da pandemia no comércio internacional, o que pode afetar a demanda e a trajetória de preços. A segunda é relacionada ao crédito agrícola, em especial para os pequenos produtores, pois a redução de demanda e o aumento de custos podem impactar na oferta futura de produtos agropecuários, também com potenciais efeitos nos preços.

Quando observado os itens da demanda, o *consumo das famílias* apresentou queda relevante no primeiro trimestre de 2020, com destaque negativo para a venda de bens duráveis. Os investimentos (Formação Bruta de capital fixo – FBCF), por

sua vez, tiveram melhora pontual no 1º trimestre (depois do 4º trimestre de 2019 de fraca intensidade) devido ao aumento da importação de máquinas e equipamentos para o setor de petróleo e gás

Ainda sobre os itens da demanda, o *consumo do governo* teve desempenho estável, ou seja, não contribuiu com qualquer melhora da economia em cenário de forte retração do setor privado. O comércio externo (*exportações e importações*) refletiu piora já indicada anteriormente nas exportações, com queda do ritmo de vendas externas e crescimento das *importações*, com destaque para máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metalurgia.

### **Indicadores de uma atividade econômica debilitada, que ingressou na crise da Covid-19**

- Inflação: há algumas pressões inflacionárias nos alimentos. Há também um componente cambial não desprezível, ainda represado, ou seja, não foi repassado aos preços e pode se tornar uma pressão adicional no decorrer de 2020. A política de reajustes de planos de saúde e energia elétrica continua causando pressões adicionais, assim como pode haver uma reversão da tendência de queda dos preços dos combustíveis. A demanda fraca auxilia a inflação a não ultrapassar a meta, mas essas forças podem criar um cenário de **recessão com inflação acima do esperado**;

- O mercado de trabalho volátil, que vinha se expandindo por meio do emprego informal e outras formas precárias, sofreu forte reversão tanto no segmento informal como no formal, especialmente no assalariamento no segmento privado, além de ter havido aumento da subutilização pela insuficiência de horas e ter crescido o desalento. Nos próximos meses, espera-se piora no mercado de trabalho, que vai afetar tanto o mercado interno como a arrecadação;

- Arrecadação fiscal em queda, na área previdenciária e de impostos de consumo. O governo ainda resiste em destinar maior volume de recursos para o combate da pandemia, insistindo na agenda de reformas como caminho para recuperação da crise. Ao contrário, é necessário flexibilizar a política fiscal, já que, ao mesmo tempo em que a crise derruba a arrecadação (quase -30% em abril), é preciso colocar cada vez mais recursos públicos para o combate efetivo da pandemia;

- Aumento da incerteza em relação a 2020. Até agora, poucos esforços têm sido feitos para uma articulação mundial para superar a crise. Com a intensidade atual de declive, o PIB de 2021 já está comprometido e tem como efeito estatístico (*carry over*) algo próximo de -1% ou 0%, devido à queda de 2020;

- O cenário externo não é animador, com revisões para baixo do crescimento de várias economias, em razão da crise do coronavírus;
- Vai ficando cada vez mais explícito o fracasso da agenda de reformas liberais e privatizações. A insistência nesse programa agrava o cenário, que ainda nem se recuperou das recessões de 2015 e 2016. O serviço público se deteriora, faltam investimentos anticíclicos e/ou nos gargalos econômicos e o mercado e as relações de trabalho se degradam.

Há uma descoordenação entre as medidas de política econômica como perspectiva futura em relação ao combate dos efeitos da Covid-19: ao mesmo tempo em que R\$ 1,2 trilhão foi disponibilizado ao sistema financeiro, o recurso não chega à ponta do crédito, especialmente para micro e pequenas empresas (recursos empoados), o mercado de trabalho se deteriora, com queda da massa salarial e aumento da desocupação. As medidas de complementação de renda padecem de problemas de operacionalização, enquanto no mercado de trabalho formal há expressiva redução das admissões e aumento de desligamentos. O governo não tem assumido qualquer ônus de risco de crédito, o que enfraquece esse mecanismo como medida anticíclica.

É imperioso uma articulação entre as políticas públicas e os diversos entes federativos e a União, com ampliação dos investimentos públicos, financiamento de políticas de renda e manutenção de empregos, disponibilização de crédito acessível às micro e pequenas empresas (inclusive com risco de crédito compartilhado entre bancos e governo) e uma política produtiva que permita a superação da crise a partir da alteração da estrutura produtiva atual que, além de ser uma das principais responsáveis por esta dinâmica de estagnação recente, ainda deixa o país fragilizado diante da demanda de insumos para o combate da pandemia. Uma política de renda também se torna emergencial, porque a perspectiva para os próximos meses é de uma queda considerável da renda das famílias, com endividamento.

Para financiamento das políticas necessárias, além de medidas emergenciais, como o “empréstimo compulsório” (que está na Câmara dos Deputados), o aumento do combate à sonegação de impostos, o manejo das metas fiscais, o remanejamento de fundos públicos e maior flexibilidade na política de gastos públicos, as medidas estruturantes são: reforma tributária com verdadeira justiça fiscal (com impostos como o sobre grandes fortunas e heranças) e a revogação da Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como “Teto dos Gastos”, responsável direta pela deterioração do investimento e das políticas públicas nos últimos anos.

Sem a superação dessas fragilidades brasileiras e do processo de deterioração do parque industrial do país, será praticamente impossível suplantar essa complexa conjuntura. Se não houver um redirecionamento das políticas de governo, corre-se o grave risco de aprofundamento das desigualdades de renda e de piora das condições de vida da população.

**TABELA 1**  
**Taxa de variação anual do PIB, 2018 e 2019, subsetores e itens da demanda (em %)**

Subsetores de atividade econômica	Em relação ao trimestre anterior	Em relação ao mesmo trimestre de 2019	Acumulado 12 meses
Agropecuária	0,6	1,9	1,6
Indústrias extrativas	-3,2	4,8	0,7
Indústrias de transformação	-1,4	-0,8	0,3
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	-0,1	-1,8	0,2
Construção	-2,4	-1,0	1,7
Comércio	-0,8	0,4	1,8
Transporte, armazenagem e correio	-2,4	-1,6	-0,3
Informação e comunicação	-1,9	1,3	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-0,1	2,0	1,3
Atividades Imobiliárias	0,4	1,6	1,9
Outras atividades de serviços	-4,6	-3,4	0,1
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	-0,5	-0,4	-0,1
<b>Itens de demanda</b>			
Consumo das Famílias	-2,0	-0,7	1,3
Consumo do Governo	0,2	0,3	-0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	3,1	4,3	3,0
Exportação	-0,9	-2,2	-2,7
Importação	2,8	5,1	2,9
<b>PIB</b>	<b>-1,5</b>	<b>-0,3</b>	<b>0,9</b>

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais